



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Av Prudente de Moraes, 100 - Bairro Cidade Jardim - CEP 30.380-002 - Belo Horizonte - MG

ATA

REUNIÃO DA CPAI E SACES/CRS

DATA: 10/06/2024

HORÁRIO - Início: 15h - **Término:** 17h

LOCAL: Reunião Virtual

PAUTA: Demandas da acessibilidade do público interno

PARTICIPANTES:

Adriana Steiner, Ana Cristina de Oliveira, Déborah Maciel, Juliana Costa, Lara Marina Ferreira, Luciana Vale, Luiza de Aguiar, Nilma Rodrigues, Patrícia Montenegro, Rogério Tavares, Tânia Macedo.

PRÓXIMA REUNIÃO: 04 de julho, às 14h - Virtual.

1) Assuntos tratados:

Déborah abriu a reunião apresentando o documento "Principais pontos destacados dos materiais para análise de dados". Destacou que um dos pontos mais citados foram promover ações periódicas de capacitação e sensibilização do público do TRE como um todo, pois considera-se que os servidores não conhecem e se sensibilizam pelas questões dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida. Pontuou também a necessidade de criação de um canal permanente para receber demandas de servidores com deficiência, e a falta de materiais informativos acerca dos direitos das PcD e quais os setores responsáveis para lidar com questões que eles não sabem.

Déborah relatou os pontos levantados pelos setores da Coordenadoria de Saúde: aprimoramento das questões de lotação que estão inadequadas para os servidores com deficiência; falta de acompanhamento permanente dos servidores; queixas relacionadas às ferramentas de trabalho, aos cursos online e à página da Intranet e do SEI pouco inclusivas. Além da necessidade do aprimoramento do cadastro inclusivo.

Referente à pesquisa de clima, Déborah pontuou que 22% dos servidores que responderam acham que os sistemas informatizados do tribunal não são de fácil utilização. E 23% acham que as instalações físicas não são adequadas. 93 servidores citaram instalação física como um dos fatores que mais geram desmotivação.

Déborah destacou a necessidade de se criar um fluxo entre os setores do TRE para que os servidores possam expor suas questões. Para tal, Déborah utilizou algumas fontes de dados para embasamento, como o relatório Escuta Ativa, o relatório de Auditoria e a cartilha Rede.

Tânia apresentou o documento da Perspectiva Interna elaborado pelo *GT perspectiva interna* e informou que, depois de organizarem todos os documentos, é importante a participação do público com deficiência na elaboração dessas políticas conforme está prevista nos normativos e orientações, como a Cartilha Rede "Como Construir um ambiente acessível nas organizações públicas."

Tânia explicou que as sugestões de Programa, Projetos e Ações relativos à "Perspectiva Interna" decorreram da análise da Resolução TSE 23.381/2012 e Resolução CNJ 401/2021, dentre outros documentos.

Explicou, ainda, que esses programas, projetos e ações foram agrupados em 5 diretrizes:

1. Capacitação para a acessibilidade;
2. Gestão de Pessoas para a acessibilidade;
3. Gestão da Comunicação para a acessibilidade;
4. Gestão da tecnologia para a acessibilidade;
5. Gestão da infraestrutura física.

Deborah pontuou que, neste momento, é melhor destacar os pontos identificados, sem mencionar sugestões de projetos ou ações, porém, por se tratar de documento já elaborado Tânia destacou que tentaria adaptar a apresentação.

Segue documento apresentado:

ITEM	DIRETRIZES	PROGRAMA/PROJETO/AÇÃO	METAS	INDICADORES IMPACTADOS
------	------------	-----------------------	-------	------------------------

2.1	Capacitação para a acessibilidade	<p>PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAPACITAÇÃO LIBRAS, nos termos do Decreto no 9.656/2018. - CAPACITAÇÃO EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL À PcD - CAPACITAÇÃO MAGISTRADOS E SERVIDORES NOS TEMAS RELATIVOS A ACOLHIMENTO E DIREITOS PcD. - CAPACITAR QUADRO PROFISSIONAIS - DAS ÁREAS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL, CERIMONIAL E EVENTOS NAS NORMAS E PADRÕES DE ACESSIBILIDADE E APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS, DE MODO A OFERECER PLENO ATENDIMENTO AO PÚBLICO E GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DA RESOLUÇÃO. - PROIN – (POLÍTICA DE LOTAÇÃO). 	<p>CNJ 401:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2.4 QLibrasServ - Quantidade de servidores(as) do Q Pessoal Capacitados em Libras no período-base. 2.5 QLibrasAux – Quantidade de pessoas do quadro a capacitadas em Libras no período-base 2.1 Proporção de servidores(as), com deficiência ou n capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas co deficiência. 2.2 Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base. 2.3 Quantidade de vagas oferecidas em cursos na ten acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base. 2.6 Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas te acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. 2.7 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência 2.8 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilid Digital. 2.9 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilid urbanística e arquitetônica.
2.2	Gestão de pessoas para a acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> - PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO SERVIDOR/COLABORADOR COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA. - PROJETO CADASTRO INCLUSIVO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE GESTORES - ADEQUAÇÃO DE MOBILIÁRIO; - OFERECIMENTO DE RECURSOS ASSISTIVOS. - PROGRAMA DE SEGURANÇA PcD (INCLUSÃO DA PcD NA CAPACITAÇÃO BOMBEIROS) 	<p>CNJ 401: 2.11 – Ações de promoção da inclusão. Verifi da Portaria PRE 277/2023. 1.3 TPSV (PcD) - Quantid servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com 1.4 TPFC (PcD) - Quantidade de servidores(as) com fur comissionada com deficiência. 1.5 - TFAuxE (PcD) - Qu estagiários(as) com deficiência. 1.6 TFAuxT (PcD) - Qu trabalhadores terceirizados(as) com deficiência. 1.10 TF Quantidade de voluntários(as) com deficiência. SEPER/ ESTÁ RESPONSÁVEL PELO CADASTRO INCLUSIVO.</p>
2.3	Gestão da comunicação para a acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> - PROJETO DE DIVULGAÇÃO DA AÇÕES PARA INCLUSÃO. - CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO: <p>PROMOVER MAIOR CONSCIENTIZAÇÃO E MUDANÇAS ATITUDINAIS QUE FAVOREÇAM A AMPLIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO TRIBUNAL</p>	<p>2.10 Quantidade de ações de sensibilização com objetiv fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliz acessibilidade e i inclusão. 2.11 ACpi – Ações de promo inclusão. 3.1 VAccess – Quantidade de Vídeos Produzido Recursos de Acessibilidade. 3.2 MAcess - Quantidade d jornalísticas disponibilizadas em formato Acessível 3.4 eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela In disponibilizados por meios de comunicação acessível er quantidade de eventos totais.</p>
2.4	Gestão da tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> - ADAPTAÇÃO DO SITE AOS CRITÉRIOS DE ACESSIBILIDADE; - DOCUMENTOS ACESSÍVEIS - RECURSOS ASSISTIVOS TI. 	<p>4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de ar do seu site e de seus links? 4.2 O órgão fornece algum: assistiva que permita o uso de computadores por pess deficiência visual, acentuada ou total? 4.3 O órgão form programa para pessoas com deficiência (público intern externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?</p>
2.5	Gestão da infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> - PROJETO PARCERIAS PARA A ACESSIBILIDADE; - PROJETO DIAGNÓSTICO DOS IMÓVEIS TRE-MG - MONITORAMENTO DA ACESSIBILIDADE NOS IMÓVEIS DO TRE-MG; - RESERVAS DE VAGAS EM ESTACIONAMENTOS - Os ambientes de trabalho deverão ser acessíveis, inclusivos e seguros a todas as pessoas. Deve ser garantido às pessoas com deficiência recursos e localização que facilitem livre acesso à área externa em caso de urgência. 	<p>INDICADOR PETRE 1.1: Índice de instalações físicas co básicas de acessibilidade</p>

Lara informou que a principal prioridade é saberem com clareza qual é o público interno que se enquadra como pessoa com deficiência e que tenham PcD na rede de relacionamento. Indicou como primeiro projeto o diagnóstico do cadastro inclusivo não só dos servidores, bem como pessoas na rede de cuidado, para que sejam também incluídos. É citado que no cadastro inclusivo há 46 inscritos, e no sistema de RH da SGP, 41.

Lara ressaltou a importância de adotar como premissa a inclusão desde a elaboração do projeto, e não somente na entrega do produto final.

Tânia informou que é uma ação concreta, definida pela presidência, que todas as vezes que houver uma elaboração de layout para mudança de local físico das sessões que tenham PcD, que essa pessoa seja chamada para ser ouvida antes da definição do layout.

Nilma informou que muitos servidores com deficiência não sabem previamente quais tecnologias assistivas irão precisar. Então, é importante a Instituição ser proativa para definir procedimentos que auxiliem na escolha de quais recursos são mais adequados e viáveis. Além disso, é necessário oferecer acompanhamento e treinamento adequado para que os servidores com deficiência saibam utilizar os recursos fornecidos. Pontuou a necessidade de enfatizar também a acessibilidade digital.

Rogério destacou que a brigada de incêndio é muito importante e deve ser colocada de forma explícita. Sugeriu que a próxima pesquisa de clima tivesse perguntas ligadas à acessibilidade. Relembrou também que as vagas no estacionamento para PcD são destinadas às pessoas com mobilidade reduzida, e não deficiências em geral.

Patrícia relatou a necessidade de levar dados mais concretos no cadastro sobre o que precisa ser aprimorado. Informou também que a avaliação das PcD ou com dificuldade de locomoção para a lotação já ocorre, sendo possível que eles entrem com pedido de remoção por motivo de saúde.

Juliana frisou que a Adriana Cony já solicitou uma reunião para averiguar sobre a falta de acessibilidade nos cursos e capacitações. Informou também que a NSEIS não tem um protocolo destinado a PcD em casos de incêndios.

Patrícia relatou que já foi solicitado ao TSE a inclusão de dados necessários referentes à acessibilidade no sistema.

Lara solicitou à Patrícia que seja encaminhado posteriormente o número exato de servidores com deficiência. Destacou que a prioridade é o diagnóstico dos servidores com deficiência e mobilidade reduzida no tribunal.

Tânia apresentou novamente o documento da Perspectiva Interna e os agrupamentos. Déborah pontuou que os seis setores são: gestão de pessoas; gestão de serviços; TI; comunicação; escola; núcleo de segurança institucional.

Déborah ressaltou que concorda com Lara sobre a prioridade ser o diagnóstico das PcD, saber quem são, onde estão e quais suas necessidades, Tânia relembrou sobre a necessidade de incluir a rede familiar.

Déborah forneceu duas sugestões para após o diagnóstico:

1) Realizar um tramite colaborativo para todas as áreas nos temas abordados, para que devolvam posteriormente com sugestões, remarcações de reuniões e desdobramentos;

2) Agora já definir entre os temas quais devam ser priorizados a partir do diagnóstico.

Luciana relatou ser favorável à primeira sugestão.

Lara expôs que indica como segunda prioridade a questão da assistência aos servidores com deficiência. Ressaltou que alterações nas instalações físicas demandam mais tempo, porém precisa ser feito o projeto inclusivo imediato.

Déborah expressou a necessidade de fazerem uma ação que apresente visibilidade imediata, para que os servidores com deficiência consigam perceber a movimentação. Sugeriu uma cartilha informativa sobre os direitos, a quem recorrer, os canais de comunicação etc. Déborah utilizou os seguintes setores envolvidos nas questões e mapeados em sua fala: SGP, SGS, STI, SCS, EJE e NSEIS.

Lara propôs que a SACES/CRS priorize internamente essa proposta. Posteriormente, irão retornar para a validação da CPAI no Teams.

Propôs também que a próxima reunião seja a primeira parte "Eleições 2024, onde estamos e para onde vamos?", e a segunda parte "Projetos, ações a serem priorizados em 2025 para as eleições de 2026".

2) Deliberações:

Juliana relatou achar difícil conseguirem estender para as eleições futuras no externo.

Ficou deliberado que a pauta da próxima reunião será a apresentação do Plano de Ação "Eleições 2024", atualizar todos do andamentos das ações e apresentação das conclusões e proposições da SACES sobre a elaboração do plano de ação – perspectiva interna.

As próximas reuniões ficaram definidas para toda primeira quinta-feira do mês, às 14h.

Próxima reunião: Virtual - 04 de julho – 14h.

Ata elaborada por Paloma Loren, em 11/06/2024



Documento assinado eletronicamente por LUCIANA MARA DE OLIVEIRA VALE, Técnico Judiciário, em 10/07/2024, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por TÂNIA SUELI DE ALMEIDA MACEDO, Analista Judiciário, em 22/07/2024, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5392929 e o código CRC 469DE2B5.